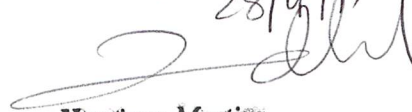




Parecer *Creado com people*
Remeter à
OT do CA 28/4/17

Henrique Martins
Presidente do Conselho de Administração

Despacho/Deliberação
CA
Presidente do Conselho de Administração
Henrique Martins
28/4/17

Artur Trindade Mimoso
Vogal do Conselho de Administração

N.º: **059/DF/2017**

Data: **28 de abril de 2017**

Assunto: **RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1.º TRIMESTRE DE 2017**

Finalidade

1. Apresentar ao Conselho de Administração da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS), proposta de aprovação do “Relatório Trimestral de Execução Orçamental – 1.º trimestre de 2017”.

Enquadramento

2. Nos termos do artigo 94.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março (Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2017), encontra-se previsto que:

“4 — Trimestralmente, até ao dia 30 do mês seguinte ao do termo do trimestre, as entidades referidas no n.º 1, com exceção das previstas no artigo 30.º, procedem à apresentação, do relatório da execução orçamental, elaborado pelo competente órgão fiscalizador ou, na sua falta, pelo respetivo órgão de gestão.”

3. Quanto à intervenção do Fiscal único, a alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, alterados pelo Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro e Decreto-Lei n.º 209/2015, de 25 de setembro, refere que:

“2 — Ao fiscal único compete, especialmente: (i) Dar parecer sobre os instrumentos previsionais de gestão e sobre os relatórios trimestrais de execução orçamental.”



4. Paralelamente, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro (Regime jurídico do setor empresarial do Estado), determina-se que:

“2 - Os titulares dos órgãos de administração das empresas públicas respondem perante o titular da função acionista pelos resultados obtidos com a gestão empreendida, apresentando para o efeito relatórios trimestrais fundamentados, demonstrativos do grau de execução dos objetivos fixados no plano de atividades e orçamento, devendo este incluir o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, doravante designado por plano de atividades e orçamento.

3 - Nos relatórios referidos no número anterior, os titulares dos órgãos de administração especificam o nível de execução orçamental da empresa, assim como as operações financeiras contratadas.”

5. Por último, através da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do aludido Decreto-Lei n.º 133/2013, encontra-se disposto que:

“1 - As empresas públicas estão obrigadas a divulgar:

(...) i) Os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.”

Análise

6. Na esteira do enquadramento legal anteriormente exposto, a matéria que aqui nos ocupa versa sobre a apresentação do relatório trimestral de execução orçamental a remeter à Direção-Geral do Orçamento com vista a atender ao previsto no Decreto-Lei n.º 25/2017 (quanto à execução orçamental), seguindo-se-lhe documento apropriado, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 (que dá conta da execução dos objetivos).
7. Assim, o Relatório de Execução Orçamental relativo ao 1.º trimestre de 2017, que se apresenta em anexo, apresenta um total de recebimentos de 8.656.006,00€ e um total de pagamentos de 8.232.315,00€, o que resulta num saldo orçamental a 31 de março de 2017, líquido do saldo proveniente da gerência anterior, de 423.691,00€.
8. No que respeita às Demonstrações Financeiras, com referência a 31 de março de 2017, as mesmas apresentam um resultado líquido positivo de 1.667.276,36€ e um ativo líquido de 19.759.897,91€.
9. Ao nível dos indicadores, tendo em conta o impacto que a transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, tinha no nível de liquidez e de autonomia financeira no ano de 2015, a liquidação das dívidas naquele âmbito pela via do aumento de capital e das transferências do Orçamento do Estado, melhorou significativamente estes indicadores.
10. O relatório conclui, no essencial, que:
- As Demonstrações Financeiras deixaram de estar influenciadas pela transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, em especial o Capital Próprio, que se apresenta agora positivo em face do aumento de capital ocorrido no exercício de 2016. Ainda assim, o capital próprio representa menos de metade do capital social.
 - A SPMS apresentou uma execução orçamental equilibrada, devido ao recebimento dos três duodécimos provenientes do OE.



- c. No âmbito das atividades inerentes ao Decreto-Lei nº209/2015, de 25 de setembro, encontra-se liquidada parte significativa das responsabilidades assumidas por aqueles ACE Somos e transmitidas para a SPMS (98%), porquanto se realizou o pagamento da totalidade do capital em dívida ao Sindicato Bancário, bem como das situações (que se destacam pela sua materialidade) referentes aos credores Capgemini Portugal, Serviços de Consultadoria e Informática, S.A. e MSD – Merck Sharp & Dohme, Lda.

Conclusão

11. O “Relatório Trimestral de Execução Orçamental – 1.º trimestre de 2017”, reflete a execução orçamental do respetivo trimestre e está em condições de ser aprovado.

Proposta

12. Pelo que antecede, propõe-se ao Conselho de Administração da SPMS, o seguinte:
- a. Apreciação e tomada de decisão quanto à aprovação do Relatório Trimestral de Execução Orçamental referente ao 1.º trimestre de 2017;
 - b. Subsequente remessa:
 - i. À Direção-Geral do Orçamento, em ordem ao cumprimento do disposto no artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 25/2017;
 - ii. Ao Fiscal Único, para efeitos de emissão do seu relatório, conforme previsto no artigo 15.º dos Estatutos da SPMS.

À consideração superior,

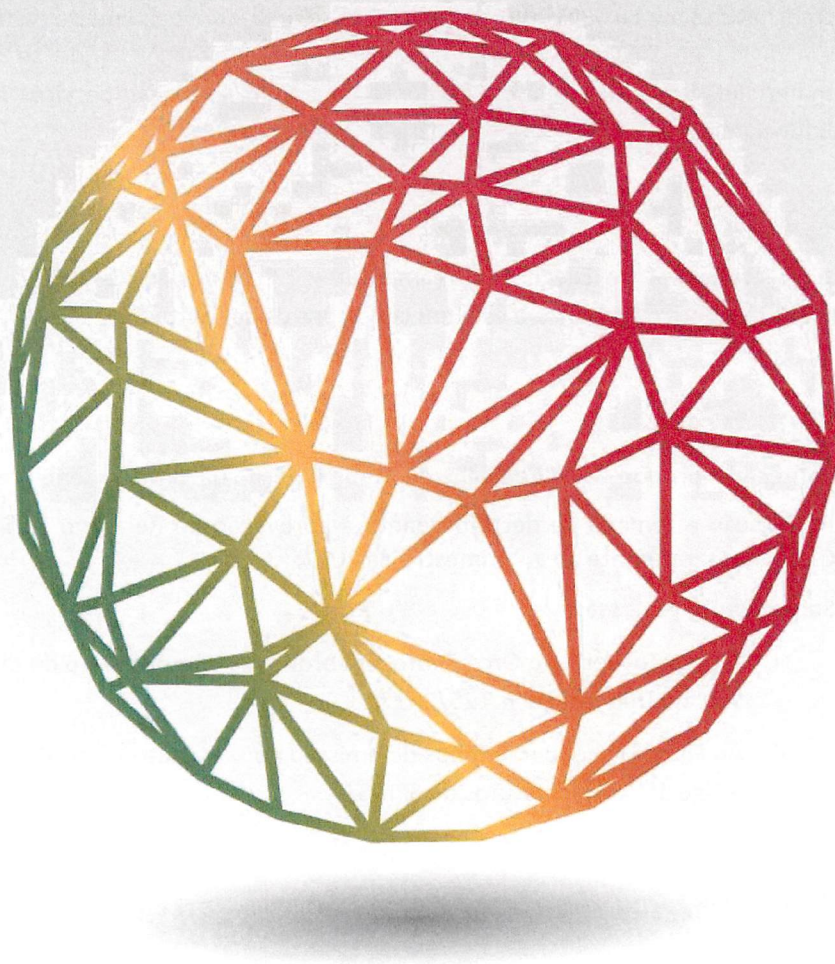
O COORDENADOR DOS SERVIÇOS INTERNOS
FINANCEIROS E CONTABILISTA CERTIFICADO N.º 61668

Rui Manuel Barros
Galhardo

Assinado de forma digital por Rui Manuel Barros Galhardo
DN: c=PT, o=Serviços Partilhados da Saúde EPE, cn=Rui Manuel Barros Galhardo
Dados: 2017.04.28 19:18:37 +01'00'

Anexos:

- Relatório Trimestral de Execução Orçamental do 1º Trimestre de 2017.



Relatório Trimestral de Execução Orçamental

1.º Trimestre de 2017



SPMS_{EPE}
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



I. Índice	
I. Índice	1
II. Introdução	2
III. Execução do orçamento	3
a. Análise Orçamental Global	3
b. Execução da receita com referência a 31 de março de 2017	4
c. Execução da despesa com referência a 31 de março de 2017	6
IV. Demonstrações Financeiras	9
1. Balanço	9
2. Demonstração de Resultados	10
3. Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
4. Notas às Demonstrações Financeiras	12
V. Indicadores	17
VI. Conclusão	18



II. Introdução

O presente relatório trimestral de execução orçamental enquadra-se nas obrigações legais decorrentes da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro¹, do n.º 4 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março², bem como da alínea i) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (doravante apenas SPMS)³.

Este relatório tem por objetivos:

- Explicitar os níveis de execução orçamental, referenciando os aspetos mais relevantes da atividade financeira da SPMS, nos domínios das receitas e das despesas;
- Analisar a posição financeira, o desempenho e alterações na posição financeira da SPMS, considerando, para o efeito, o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa e um conjunto de indicadores relevantes.

No dia 25 de setembro de 2015 foi publicado o Decreto-Lei n.º 209/2015 que estabeleceu o regime da transmissão das posições jurídicas dos Agrupamentos Complementares de Empresas «Somos Compras», «SomosContas» e «Somos Pessoas» para a SPMS. As posições jurídicas compreendem a universalidade de bens e direitos detidos por cada uma daquelas entidades e afeta o exercício das atividades em causa, abrangendo todo o ativo e passivo, património físico e jurídico e posições em contratos em vigor que integram aquelas universalidades.

A contas da SPMS do 1.º trimestre de 2017 refletem a realidade descrita no parágrafo anterior, e, adicionalmente, o reflexo de um aumento de capital, subscrito e realizado pelo Estado, no montante total de 19.637.140€, para fazer face, exclusivamente, à cobertura da amortização antecipada da dívida bancária resultante da transmissão das posições jurídicas dos Agrupamentos Complementares Empresas SOMOS.

Todavia, aquele montante não era suficiente para a liquidação da totalidade dos passivos transmitidos, designadamente de fornecedores dos ACES's, pois o montante necessário total rondaria os 25M€. Neste contexto, a SPMS recebeu transferências do Orçamento do Estado no montante de 5,65M€, que permitiu a amortização antecipada da dívida bancária e a liquidação da maioria das dívidas a fornecedores no último trimestre de 2016.

¹ Regime jurídico do setor empresarial do Estado, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro.

² Decreto de Execução do Orçamento do Estado para 2017.

³ Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e alterados pelos Decretos-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro e n.º 209/2015, de 25 de setembro.



III. Execução do orçamento

a. Análise Orçamental Global

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da empresa em termos de pagamentos e recebimentos e de compromissos assumidos e por pagar.

(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução orçamental				
Principais agregados	MAR - 2016	MAR - 2017	Variação	%
Previsões Corrigidas	76.434.104,00 €	80.156.277,00 €	3.722.173,00 €	5%
Receitas Liquidadas	2.948.532,00 €	14.652.282,00 €	11.703.750,00 €	0%
Liquidações anuladas	496.247,00 €	324.209,00 € -	172.038,00 €	0%
Recebimentos	1.459.653,00 €	8.656.006,00 €	7.196.353,00 €	493%
Dotações corrigidas	60.251.850,00 €	74.238.059,00 €	13.986.209,00 €	23%
Cativos ou congelamentos	7.519.270,00 €	5.184.778,00 € -	2.334.492,00 €	-31%
Compromissos assumidos	15.983.436,00 €	30.008.811,00 €	14.025.375,00 €	88%
Saldo de gerência anterior	2.721.950,00 €	5.729.261,00 €	3.007.311,00 €	0%
Pagamentos	3.409.956,00 €	8.232.315,00 €	4.822.359,00 €	141%
Saldo	771.647,00 €	6.152.952,00 €	5.381.305,00 €	-

Outros indicadores	MAR - 2016	MAR - 2017	Variação	%
Receita por cobrar no início	4.597.306,00 €	5.278.546,00 €	681.240,00 €	15%
Receita por cobrar no final	2.867.988,00 €	5.221.352,00 €	2.353.364,00 €	82%
Compromissos por pagar	12.573.480,00 €	21.776.496,00 €	9.203.016,00 €	73%

Figura 1 – Resumo da execução orçamental

No primeiro trimestre de 2017 a SPMS apresenta um aumento na receita cobrada e liquidada consequência do recebimento dos três duodécimos do Orçamento de Estado.

A SPMS assumiu compromissos no 1º trimestre de 2017 no montante de cerca de 30M. No entanto cerca de 21,7M referem-se a compromissos por pagar.



b. Execução da receita com referência a 31 de março de 2017

Mapa de controlo da execução orçamental da receita por subagrupamento - SPMS													
mar-17													Un: euro
Descrição			Previsões Corrigidas	Rec. Por cob. Início do ano	Receitas liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada ano	Receita cob. ano anterior	Receita cobrada total	Reembolsos e restituições	Receita cobrada líquida	Rec. por cobrar final do ano	Grau (%)
Font. Fin.	Agrup.	Designação	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]=[5]+[6]	[8]	[9]=[7]-[8]	[2]-[3]-[4]-[7]	[7]/[1]
3.1.9	R06.03	RECEITAS CORRENTES	28.000.000 €	- €	7.500.000 €	- €	7.500.000 €	- €	7.500.000 €	- €	7.500.000 €	- €	26,8%
4.1.2	R06.09	RESTO DO MUNDO	2.516.874 €	- €	526.807 €	- €	526.807 €	- €	526.807 €	- €	526.807 €	- €	20,9%
4.8.2	R06.09	RESTO DO MUNDO	270.178 €	- €	20.139 €	- €	20.139 €	- €	20.139 €	- €	20.139 €	- €	7,5%
5.1.0	R05.03	JUROS - ADMINISTRACOES PUBLICAS	1.000 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
5.1.0	R07.02	SERVICOS	41.549.007 €	5.278.546 €	876.075 €	324.209 €	139.457 €	469.603 €	609.060 €	- €	609.060 €	5.221.352 €	1,5%
5.2.0	R16.01	SALDO ORÇAMENTAL	5.819.218 €	- €	5.729.261 €	- €	5.729.261 €	- €	5.729.261 €	- €	5.729.261 €	- €	98,5%
5.4.0	R06.03	RECEITAS CORRENTES	2.000.000 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	0,0%
			80.156.277 €	5.278.546 €	14.652.282 €	324.209 €	13.915.664 €	469.603 €	14.385.267 €	- €	14.385.267 €	5.221.352 €	17,9%

Figura 2 – Execução orçamental da receita por subagrupamento

Analisando o mapa de execução orçamental da receita, por subagrupamento, verifica-se a existência de um grau de execução da receita de 18%.

No final do 1º trimestre de 2017 a execução da receita é inferior à execução prevista. Esta situação deve-se ao facto da SPMS não ter faturado à Administração Central do Sistema de Saúde as metas referentes ao 1º trimestre, no âmbito do Contrato Programa estabelecido com aquela entidade.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da receita nos últimos três anos com referência ao mês de março.

(Unid Monetária: Euros)			
Receita	MAR-15	MAR - 16	MAR - 17
Valor Orçamentado	70.714.934,00 €	76.434.104,00 €	80.156.277,00 €
Valor Executado	19.569.763,00 €	4.181.603,00 €	14.385.267,00 €
Taxa de Execução	28%	5%	18%

Figura 3 – Evolução da execução do orçamento da receita

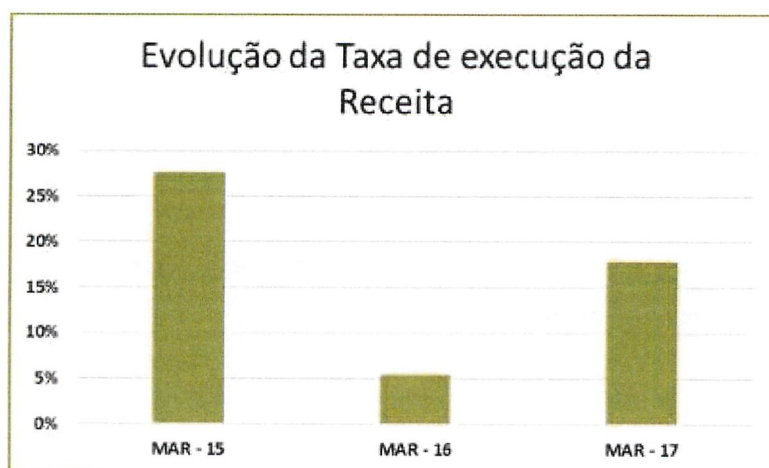


Figura 4 – Evolução da taxa de execução da receita

No 1º trimestre a SPMS recebeu o correspondente a três duodécimos provenientes do montante inscrito no Orçamento de Estado como transferências correntes.

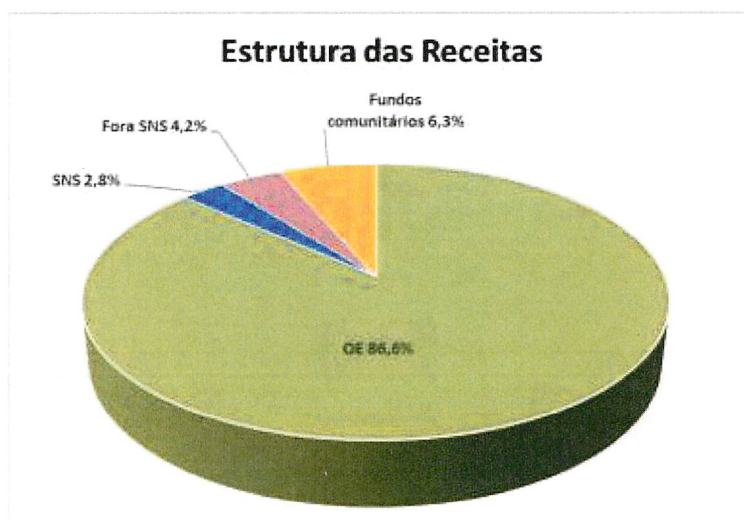


Figura 5 – Estrutura das receitas

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da execução da receita:

(Unid Monetária: Euros)

FEV2017 - Resumo da execução da receita - Comparação com o esperado								
Fonte de Financiamento	Económica	Fontes de Receita	Saldo de 2016	Receita inicial estimada	Receita estimada	Emissão	Cobrança	Grau de ex. (%)
3.1.9	06.03.07	ACSS CP - Contínuo	- €	28.000.000,00 €	28.000.000,00 €	7.500.000,00 €	7.500.000,00 €	27%
4.1.2	06.09.01	SAMA	- €	592.859,00 €	2.516.874,00 €	526.807,00 €	526.807,00 €	89%
4.8.2	06.09.01	UE	- €	270.178,00 €	270.178,00 €	20.139,22 €	20.139,22 €	7%
5.1.0	05.03.01	Juros	- €	1.000,00 €	1.000,00 €	- €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.A0	ACSS CP - Projetos em Desenvolvimento	1.776.923,56 €	7.084.800,00 €	7.084.800,00 €	- €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.A0	ACSS CP - PRITIC	1.807.813,71 €	9.259.194,00 €	9.259.194,00 €	8.917,50 €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.A0	ACSS CP - Medidas do governo	520.575,36 €	1.845.000,00 €	1.845.000,00 €	- €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.B0	Serviços Partilhados	525.099,54 €	2.748.774,00 €	2.748.774,00 €	3.261,80 €	123.395,98 €	4%
5.1.0	07.02.99.B0	SITAM	- €	316.325,00 €	316.325,00 €	123.193,33 €	123.193,33 €	39%
5.1.0	07.02.99.C0	Direção Geral da Saúde	552.454,50 €	3.388.755,00 €	3.388.755,00 €	400.229,70 €	276.147,30 €	7%
5.1.0	07.02.99.C0	Açores (Saudaçor)	- €	917.896,00 €	917.896,00 €	- €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.C0	INCM	48.052,61 €	225.495,00 €	225.495,00 €	16.263,29 €	64.315,90 €	24%
5.1.0	07.02.99.C0	Ilsaúde (Instituto de Administração da Saúd	25.620,00 €	137.268,00 €	137.268,00 €	- €	- €	0%
5.1.0	07.02.99.C0	Santa casa Misericórdia	22.007,16 €	- €	- €	- €	22.007,16 €	100%
5.1.0	07.02.99.D0	Fees a fornecedores	- €	15.625.500,00 €	15.625.500,00 €	- €	- €	0%
5.4.0	06.03.07	ACSS CP - Contínuo	- €	2.000.000,00 €	2.000.000,00 €	- €	- €	0%
Total			5.278.546,44 €	72.413.044,00 €	74.337.059,00 €	8.598.811,84 €	8.656.005,89 €	11%

Figura 6 – Taxa de execução da receita



c. Execução da despesa com referência a 31 de março de 2017

Mapa de controlo da execução orçamental da despesa por subagrupamento - SPMS									
mar-17									
Un: euro									
Descrição	Dotações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Dotações líquidas	Compromissos Asumidos	Despesa Paga	Dotação Não comprometida	Saldos	Compromissos por pagar	Grau (%)
Font. Fin. Agrup. Designação	[1]	[2]	[3] = [1] - [2]	[4]	[5]	[6] = [3] - [4]	[7] = [3] - [5]	[8] = [4] - [5]	[9] = [5] / [3]
3.1.9 D01.01 REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	7.565.318 €	310.196 €	7.255.122 €	3.208.522 €	1.651.689 €	4.046.600 €	5.603.433 €	1.556.833 €	22,8%
3.1.9 D01.02 ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	799.229 €	392.887 €	406.342 €	302.797 €	223.836 €	103.545 €	182.506 €	78.961 €	55,1%
3.1.9 D01.03 SEGURANÇA SOCIAL	1.759.781 €	70.392 €	1.689.389 €	884.979 €	370.614 €	804.410 €	1.318.775 €	514.365 €	21,9%
3.1.9 D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	52.157 €	2.460 €	49.697 €	33.299 €	3.329 €	16.398 €	46.368 €	29.970 €	6,7%
3.1.9 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	16.429.265 €	2.460 €	16.426.805 €	9.310.637 €	3.654.940 €	7.116.168 €	12.771.865 €	5.655.697 €	22,2%
3.1.9 D06.02 DIVERSAS	1.344.250 €	1.302.610 €	41.640 €	35.053 €	27.107 €	6.587 €	14.533 €	7.946 €	65,1%
4.1.2 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	2.516.874 €	- €	2.516.874 €	436.095 €	45.390 €	2.080.779 €	2.471.484 €	390.705 €	1,8%
4.8.2 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	270.178 €	- €	270.178 €	- €	- €	270.178 €	270.178 €	- €	0,0%
5.1.0 D02.01 AQUISIÇÃO DE BENS	400.000 €	- €	400.000 €	231.001 €	12.333 €	168.999 €	387.667 €	218.668 €	3,1%
5.1.0 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	34.865.893 €	147.108 €	34.718.785 €	13.707.896 €	1.507.036 €	21.010.889 €	33.211.749 €	12.200.860 €	4,3%
5.1.0 D03.06 ENCARGOS FINANCEIROS	1.000 €	- €	1.000 €	- €	- €	1.000 €	1.000 €	- €	0,0%
5.1.0 D06.02 DIVERSAS	4.420.442 €	2.956.665 €	1.463.777 €	36.733 €	36.733 €	1.427.044 €	1.427.044 €	- €	2,5%
5.1.0 D07.01 INVESTIMENTOS	1.813.672 €	- €	1.813.672 €	753.654 €	551.707 €	1.060.018 €	1.261.965 €	201.947 €	30,4%
5.4.0 D02.02 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	2.000.000 €	- €	2.000.000 €	1.068.146 €	147.600 €	931.854 €	1.852.400 €	920.546 €	7,4%
	74.238.059 €	5.184.778 €	69.053.281 €	30.008.811 €	8.232.315 €	39.044.470 €	60.820.966 €	21.776.496 €	11,9%

Figura 7 - Execução orçamental da despesa por subagrupamento

A execução da despesa evidencia um grau de execução de 12%, o que significa que o nível de execução da despesa está balanceado com o nível de execução da receita.

A existência de cativações orçamentais, na ordem dos 5M€, irá limitar a assunção de novos compromissos e, consequentemente, a capacidade de realização de serviços e respetiva faturação.

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa nos últimos três anos, com referência ao mês de março.

(Unid Monetária: Euros)			
Despesa	MAR-15	MAR - 16	MAR - 17
Valor Orçamentado	54.532.680,00 €	60.251.850,00 €	74.238.059,00 €
Valor cativo	7.519.270,00 €	7.519.270,00 €	5.184.778,00 €
Valor Executado	7.439.460,00 €	3.409.956,00 €	8.232.315,00 €
Taxa de Execução	16%	6%	12%

Figura 8 - Evolução da execução do orçamento da despesa



Figura 9 – Evolução da taxa de execução da despesa



Na figura seguinte é possível verificar os valores pagos por tipo de despesa e respetivo peso relativo.



Figura 10 – Estrutura das despesas

Do valor total pago 65% corresponde a aquisição de serviços e 27% a despesas com o pessoal (remunerações, abonos e segurança social).

Como se pode verificar no quadro seguinte, a despesa paga acumulada apresentada em março de 2017, foi superior à despesa no mesmo período em 2016. A SPMS recebeu o montante de 7,5M correspondente aos três duodécimos do OE, sendo possível fazer face a uma maior execução dos compromissos assumidos.

(Unid Monetária: Euros)

Resumo da execução da despesa - Evolução face a 2016				
Principais agregados	MAR - 2016	MAR - 2017	Variação	%
Despesas com o pessoal	1.833.381,00 €	2.246.139,00 €	412.758,00 €	23%
Aquisição de bens e serviços	1.161.428,00 €	5.370.628,00 €	4.209.200,00 €	362%
Outras despesas correntes	337.770,00 €	63.840,00 € -	273.930,00 €	-81%
Investimento	77.377,00 €	551.707,00 €	474.330,00 €	613%
Total	3.409.956,00 €	8.232.315,00 €	4.822.359,00 €	141%

Figura 11 – Evolução das despesas por agrupamento



Em termos analíticos, apresenta-se de seguida a estrutura de compromissos e pagamentos por orgânica.

(Unid Monetária: Euros)

Código	Descrição da Unidade Orgânica	Compromissos Assumidos	Pagamentos	Compromissos por pagar
1	Direção de Assuntos Jurídicos e Contencioso	374.529 €	9.931 €	364.598 €
2	Direção de Comunicação e Relações Públicas	670.401 €	297.183 €	373.218 €
3	Direção de Compras da Saúde	579.044 €	154.480 €	424.564 €
4	Direção de Compras Transversais	113.269 €	18.575 €	94.694 €
4.1	Unidade de Aprovisionamento	120.210 €	105.161 €	15.049 €
5	Direção Financeira	19.285 €	11.718 €	7.567 €
5.1	Serviços Internos Financeiros	703.402 €	61.520 €	641.883 €
6	Direção de Planeamento e Desenvolvimento Organizacional	241.854 €	110.076 €	131.779 €
7	Direção de Recursos Humanos	4.755.621 €	2.269.391 €	2.486.230 €
7.1	Serviços Internos de Recursos Humanos	72.345 €	13.921 €	58.424 €
7.2	Serviços Partilhados de Recursos Humanos e Logística	482.934 €	2.600 €	480.334 €
8.1	Unid. Coord. Sistemas Locais de Informação Clínica e Administrativa	1.255.202 €	243.044 €	1.012.158 €
8.2	Unid. Coord. Sistemas Locais de Informação Clínica e Administrativa	1.117.347 €	127.120 €	990.226 €
8.3	Unid. Coord. Plataformas de Integração de Cuidados	1.683.664 €	240.531 €	1.443.133 €
8.4	Unid. Coord. Arquitetura Interoperabilidade e Projetos Internacionais	232.429 €	82.288 €	150.141 €
8.5	Unid. Coord. Operações, Segurança e Infraestrutura	11.914.495 €	3.524.858 €	8.389.637 €
8.6	Unid. Coord. Sistemas de Informação de Apoio à Gestão	1.824.907 €	243.720 €	1.581.187 €
8.9	Unid. Coord. Registos Nacionais	827.619 €	104.303 €	723.317 €
8.10	Unid. Coord. Sistemas de Prescrição e Dispensa	860.422 €	197.968 €	662.454 €
8.11	Unid. Coord. Sistemas de Suporte a Programas Estruturais da Saúde	379.282 €	87.186 €	292.096 €
8.12	Unid. Coord. Gestão de Serviço e Suporte	575.027 €	40.927 €	534.100 €
8.13	Núcleo de Coordenação do eSIS - RG	237.912 €	28.982 €	208.930 €
8.14	Núcleo de Coordenação do eSIS - SC	31.923 €	10.336 €	21.587 €
9	Gabinete de Auditoria Interna	20.393 €	5.027 €	15.366 €
10	Unidade de Apoio Geral	825.313 €	199.773 €	625.540 €
11	Conselho de Administração	36.572 €	36.572 €	- €
12.3	Núcleo de PMO	6.762 €	- €	6.762 €
12.6	Núcleo de @Easy Procurement	46.648 €	5.124 €	41.524 €
Total		30.008.811 €	8.232.315 €	21.776.496 €

Figura 12 – Estrutura de compromissos e pagamentos por Orgânica



IV. Demonstrações Financeiras

1. Balanço

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Balanço Individual em 31 de março 2017

(Valores expressos em euros)

Rubricas	31.mar.17	31.mar.16
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	2.241.801,98	2.327.459,14
Ativos intangíveis	1.308.640,99	474.049,68
	3.550.442,97	2.801.508,82
Ativo corrente		
Clientes	5.327.308,95	2.867.988,37
Estado e outros entes públicos	819.959,15	875.574,59
Outros créditos a receber	1.319.447,21	8.446.323,22
Diferimentos	2.078.110,90	99.378,63
Caixa e depósitos bancários	6.664.628,73	1.903.846,85
	16.209.454,94	14.193.111,66
Total do ativo	19.759.897,91	16.994.620,48
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital subscrito	25.637.140,00	6.000.000,00
Resultados transitados	-26.354.121,49	-23.718.045,91
Outras variações no capital próprio	5.340.000,00	-
Resultado líquido do período	1.667.276,36	1.377.753,29
Total do capital próprio	6.290.294,87	-16.340.292,62
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	501.157,41	617.335,25
Financiamentos obtidos	-	21.483.492,57
	501.157,41	22.100.827,82
Passivo corrente		
Fornecedores	2.945.425,37	4.124.170,61
Estado e outros entes públicos	306.566,49	830.128,53
Financiamentos obtidos	-	1.333.573,08
Outras dívidas a pagar	9.716.453,77	4.946.213,06
	12.968.445,63	11.234.085,28
Total do passivo	13.469.603,04	33.334.913,10
Total capital próprio e do passivo	19.759.897,91	16.994.620,48



2. Demonstração de Resultados

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de março 2017

(Valores expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	31.mar.17	31.mar.16
Vendas e serviços prestados	981.410,00	530.844,13
Subsídios à exploração	8.046.946,24	7.000.000,00
Fornecimentos e serviços externos	-4.107.985,86	-3.248.701,12
Gastos com o pessoal	-2.273.457,82	-1.835.047,57
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-
Provisões (aumentos/reduções)	-	-
Outros rendimentos	148.462,90	86.798,00
Outros gastos	-43.447,36	-148.973,86
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2.751.928,10	2.384.919,58
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	-529.730,73	-339.578,29
Resultado operacional (antes de gasto de financiamento e impostos)	2.222.197,37	2.045.341,29
Juros e gastos similares suportados	-	-158.463,79
Resultado antes de Impostos	2.222.197,37	1.886.877,50
Imposto sobre o rendimento do período	-554.921,01	-509.124,21
Resultado líquido do período	1.667.276,36	1.377.753,29



3. Demonstração dos Fluxos de Caixa

SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de março de 2017

(Valores expressos em euros)

Rubricas	31.mar.17	31.mar.16
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>		
Recebimentos de clientes	485.866,34	1.401.713,80
Pagamentos a fornecedores	-5.852.983,62	-1.164.171,74
Pagamentos ao pessoal	-1.877.307,88	-1.522.965,56
Caixa gerada pelas operações	-7.244.425,16	(1.285.423,50)
Pagamento / recebimento do impostos sobre o rendimento	-	-
Outros recebimentos / pagamentos	8.081.135,29	141.264,16
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	836.710,13	-1.144.159,34
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-86.100,00	-67.477,16
Activos intangíveis	-	-
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-86.100,00	-67.477,16
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	750.610,13	-1.211.636,50
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.914.018,60	3.115.483,35
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.664.628,73	1.903.846,85



4. Notas às Demonstrações Financeiras

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis com vida útil finita são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo as amortizações reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

Clientes

No 1º trimestre de 2017 o valor em dívida de clientes é superior face ao período homólogo. O montante em dívida refere-se essencialmente a faturas emitidas à Administração Central do sistema de Saúde no âmbito do Contrato, cerca de 4,3M.

Estado e Outros Entes Públicos – Ativo

Nesta rubrica está considerado um crédito de imposto de IRC, a SPMS efetuou pagamentos por conta com base num resultado superior ao resultado efetivo apurado em 2016.

Outros créditos a receber

O montante incluído nesta rubrica corresponde a valores a receber de colaboradores da SPMS na sequência da emissão de reposições, tendo sido efetuadas as diligências necessárias para a recuperação dos montantes em causa. Inclui ainda os valores a faturar a clientes no âmbito dos serviços partilhados prestados no 1º trimestre de 2017 e metas a faturar à ACSS ainda no âmbito do contrato programa de 2016.

Diferimentos

A rubrica de diferimentos inclui faturas recebidas de fornecedores cuja faturação já ocorreu, mas a prestação efetiva do serviço só ocorre posteriormente.

Caixa e depósitos à ordem

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de



descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis em quantias conhecidas de dinheiro e que sejam sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

A 31 de março de 2017 esta rubrica apresenta uma variação positiva significativa face ao período homólogo devido ao recebimento dos três duodécimos do OE. No período de referência esta rubrica apenas inclui caixa e depósitos no IGCP.

Capital

O capital estatutário de 25.637.140 Euros da SPMS é detido a 100% pelo Estado Português, encontrando-se integralmente realizado a 31 de março de 2017. No 3.º trimestre de 2016 ocorreu o aumento de capital de 19.637.140€ para fazer face às dividas provenientes do ACE's que, adicionado aos 6.000.000€ iniciais, fez subir esta rubrica para o atual montante.

Resultados Transitados

O resultado líquido positivo do período findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 351.182,37€, foi transferido para resultados transitados.

Em 2016 esta rubrica sofreu ainda uma diminuição de 2.637.888€ por via da entrega ao Tesouro do saldo de gerência de 2015 e de 373.620,27€ por via da transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS operada pelo Decreto-Lei n.º 209/2015.

A 31 de março de 2017 a SPMS apresenta um capital próprio positivo por via do efeito do aumento de capital no montante de 19.637.140 Euros, totalmente subscrito e realizado pelo Estado Português.

Outras variações no capital próprio

No âmbito da transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, procedeu-se à revelação contabilística das transferências determinadas pelo Orçamento do Estado para aquele efeito, no montante de 5.340.000,00 euros, recebidas durante o ano de 2016, em outras variações do Capital Próprio.

Provisões

A 31 de dezembro de 2016 a SPMS constituiu uma provisão no valor de 501.157,41 euros referente a processos judiciais em curso. A 31 de março de 2017 a SPMS manteve constituídas provisões no mesmo montante, no âmbito de processos judiciais em curso, de acordo com avaliação da probabilidade de exfluxos



financeiros, sendo esta quantificada com o auxílio do patrocínio jurídico dos respetivos processos, de acordo com as políticas contabilísticas em vigor.

Financiamentos obtidos

Em 2016, a SPMS liquidou a totalidade da dívida a Instituições bancárias proveniente dos ACE's SOMOS, por via do aumento de capital e de parte das transferências do Orçamento do Estado destinadas a esse propósito.

Fornecedores

O montante em dívida explica-se sobretudo por faturas de fornecedores que ainda não estão vencidas ou que se encontram em processo de validação.

Estado e Outros Entes Públicos – Passivo

Nesta rubrica constam os valores a pagar relativos a Segurança Social, CGA e IRS.

Outras dívidas a pagar

Na composição deste saldo está refletido o reconhecimento de obrigações com férias e subsídio de férias a liquidar aos colaboradores em 2017, mas cujo direito foi adquirido em 2016.

Nesta rubrica também está refletido o encargo referente à prestação de serviços do contrato n.º 194/2016, referente ao processo 20160063 – Aquisição de manutenção de licenciamento ORACLE, no montante de 2.043.000,00 euros, uma vez que este gasto é recorrente e anual, o processo refere-se ao exercício de 2016, encontrava-se em fase de obtenção de visto do Tribunal de Contas a 31 de dezembro de 2016 e será previsivelmente pago em 2017.

Vendas e Prestação de Serviços

O valor inscrito nesta rubrica no 1º trimestre refere-se essencialmente a rendimentos no âmbito de serviços partilhados com diferentes entidades do setor da saúde e de contratos com a Direção Geral de Saúde.

Subsídios à exploração

A partir do exercício de 2016 a SPMS passou a receber transferências correntes diretamente do Orçamento do Estado. Em 2017, o ponto 35 do mapa anexo ao artigo 8.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, dispunha o seguinte: “Transferência da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. para a Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), até ao limite de € 30 000 000, destinada a financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS.”



Fornecimentos e serviços externos

Em 2017, verifica-se um ligeiro aumento nos gastos com fornecimentos e serviços externos em relação ao período homólogo.

Gastos com o pessoal

Esta rubrica registou um aumento em março de 2017 em relação ao valor registado no período homólogo. Este aumento deve-se sobretudo ao facto do quadro de pessoal da SPMS ter passado de 264 colaboradores a 31 de março de 2016 para 294 em 31 de março de 2017.

Outros gastos

Esta rubrica corresponde principalmente a correções relativas ao exercício de 2016.

Gastos de depreciação e amortização

Esta rubrica espelha o forte investimento registado desde o ano de 2015, especialmente decorrente da execução do PRITIC.

Evolução dos resultados

A Demonstração de Resultados, a 31 de março de 2017, evidencia um resultado líquido positivo do período de 1.667.276,36€.

Recebimentos de clientes

Os recebimentos ocorridos em 2017 foram inferiores em relação ao mesmo período de 2016. No entanto, a evolução da DFC deve ser lida tendo em consideração a passagem dos recebimentos referentes à manutenção (contínuo) do Contrato-Programa da rubrica “Recebimentos de Clientes” para a rubrica “Outros recebimentos”, em virtude da alteração da sua proveniência (Duodécimos - Transferências correntes do orçamento do Estado).

Pagamentos a fornecedores

A rubrica de pagamentos a fornecedores apresenta um aumento significativo face ao ano anterior, devido ao fato da SPMS ter recebido as transferências correntes do OE ainda no 1º trimestre de 2017.

Pagamentos ao pessoal

Os pagamentos ao pessoal apresenta um comportamento semelhante ao ano anterior. No entanto verifica-se um ligeiramento aumento relacionado com o aumento do quadro de pessoal da SPMS.



Outros Pagamentos/Recebimentos

No 1º trimestre de 2017 o montante desta rubrica é muito superior face ao mesmo período de 2016, face à ao recebimento dos três duodécimos do OE.

Ativos fixos tangíveis e Ativos Intangíveis

Estas rubricas refletem pagamentos referentes a aquisições de imobilizado.

Caixa e seus equivalentes no fim do período

A SPMS apresenta um saldo superior no final do período face ao mesmo período de 2016. A SPMS recebeu os duodécimos do OE referente ao 1º trimestre de 2017, fato que não ocorreu no 1º trimestre de 2016 o que justifica o saldo apresentado.

V. Indicadores

No quadro seguinte apresenta-se o cálculo de alguns indicadores financeiros com referência a março de 2017 e sua situação face ao ano de 2016.

Indicadores	Método de cálculo		Fonte	31.dez.2016	31.mar.17
	Denominador	Numerador			
Resultado Líquido (€)	Resultado Líquido	NA	DR	351.182,37 €	1.667.276,36 €
Autonomia financeira (%)	Capital Próprio	Ativo Total	Balanço	26%	32%
Liquidez geral	Ativo Corrente: Dívidas de terceiros de Curto Prazo + Disponibilidades	Passivos Corrente: Dívidas a terceiros de Curto Prazo	Balanço	1,11	1,25
Rácio de Solvabilidade (nº)	Capital Próprio	Passivo	Balanço	0,36	0,47
EBIT (Resultados Operacionais) (€)	Resultados operacionais	NA	DR	1.001.439,55 €	2.222.197,37 €
EBITDA (€)	EBIT + Amortizações + Provisões	NA	DR	3.142.126,17 €	2.751.928,10 €
Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	FSE	NA	DR	27.564.974,71 €	4.107.985,86 €
Rendimentos Operacionais (€)	Volume da negócios + Subsídios à exploração + Outros rendimentos e ganhos	NA	DR	41.879.636,53 €	9.176.819,14 €
Gastos com deslocações e estadas	Deslocações e Estadas (6251) + Alojamento (61516)	NA	Balancete	358.273,06 €	10.741,79 €
Gastos com Ajudas de Custo (registadas em pessoal)	Ajudas de custo (63271)	NA	Balancete	39.527,45 €	11.319,06 €
Gastos com comunicações	Comunicação (6262)	NA	Balancete	182.792,65 €	25.355,90 €
Gastos com Pessoal (€)	Gastos com pessoal (63)	NA	Balancete	8.653.481,06 €	2.273.457,82 €
Gastos Operacionais DGTF (FSE+GCP) (€)	FSE + Gastos com pessoal	NA	DR	36.218.455,77 €	6.381.443,68 €
Volume de negócios	Vendas e Prestações de serviços + Subsídios à exploração	NA	DR	41.337.541,02 €	9.028.356,24 €
Peso dos Gastos Operacionais/volume de negócios	Gastos Operacionais DGTF	Volume de Negócios	DR	88%	71%
Gastos com Frota Automóvel	Combustíveis (6242) + Locação (62612)	NA	Balancete	28.583,49 €	7.894,35 €
Recebimentos de clientes (€)	Recebimentos de clientes	NA	DFC	17.786.531,89 €	485.866,34 €
Pagamentos a fornecedores (€)	Pagamentos a fornecedores	NA	DFC	27.898.907,58 €	5.852.983,62 €
Prazo médio de pagamento (dias) - Dados de março	Média Fornecedores dos ultimos 4 trimestres x 365	Compras e FSE dos ultimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral	33,43	26,97
Prazo médio de recebimento (dias) - Dados de março	Média dos Clientes dos ultimos 4 trimestres x 365	Vendas e Prestação de Serviços dos ultimos 4 trimestres (despacho 9870/2009)	Balanço e DR trimestral	59,69	71,28
Quociente de posicionamento relativo	Prazo médio de recebimento	Prazo médio de pagamento		1,56	0,38
Saldo médio mensal de clientes - Dados de março	Saldo de clientes no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	1.845.079,56 €	2.225.905,91 €
Saldo médio mensal de fornecedores - Dados de março	Saldo de fornecedores no final de cada mês desde o início do ano em curso	Número de meses decorridos no ano em curso	Balanço trimestral	2.752.757,48 €	2.525.184,72 €
Receitas proveniente de outras fontes de financiamento (€)	Valor total das receitas provenientes de outras fontes de financiamento, para além das receitas próprias		Balancete	34.475.209,36 €	8.046.946,00 €

Tendo em conta o impacto que a transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, tinha no nível de liquidez e de autonomia financeira no ano de 2015, a liquidação das dívidas naquele âmbito pela via do



aumento de capital e das transferências do Orçamento do Estado, melhorou significativamente aqueles indicadores.

O prazo médio de recebimentos situa-se nos 71 dias, verifica-se um aumento deste indicador uma vez que apenas se considera as “vendas e prestação de serviços”, excluindo as transferências correntes do OE, registadas em “Subsidios à exploração”.

A SPMS conseguiu diminuir o prazo médio de pagamentos no 1º trimestre de 2017, uma vez que não existiram constrangimentos de tesouraria no início do ano de 2017.

A Empresa apresenta uma diminuição do peso dos gastos operacionais no volume de negócios de 88% para 71%, todavia a SPMS está excecionada do cumprimento da redução deste indicador, por via do Decreto-Lei n.º 35-A, de 30 de junho, que altera o artigo 96.º do Decreto de Execução Orçamental de 2016, aprovado pelo decreto-Lei 18/2016, de 13 de abril.

VI. Conclusão

A informação disponibilizada neste documento permite as seguintes conclusões:

1. As Demonstrações Financeiras deixaram de estar influenciadas pela transmissão das posições jurídicas dos ACE's SOMOS, em especial o Capital Próprio, que se apresenta agora positivo em face do aumento de capital ocorrido no exercício de 2016. Ainda assim, o capital próprio representa menos de metade do capital social.
2. A SPMS apresentou uma execução orçamental equilibrada no 1º trimestre de 2017.
3. No âmbito das atividades inerentes ao Decreto-Lei nº209/2015, de 25 de setembro, encontra-se liquidada parte significativa das responsabilidades assumidas por aqueles ACE Somos e transmitidas para a SPMS (98%), porquanto se realizou o pagamento da totalidade do capital em dívida ao Sindicato Bancário, bem como das situações (que se destacam pela sua materialidade) referentes aos credores Capgemini Portugal, Serviços de Consultadoria e Informática, S.A. e MSD – Merck Sharp & Dohme, Lda.

SPMS, em Lisboa, 28 de abril de 2017
